

Companhia Energética Candeias

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Candeias

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Candeias (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Candeias em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia não utiliza taxas de depreciação baseadas em laudo de avaliação de vida útil-econômica para depreciação de seu ativo imobilizado conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, não foi possível concluirmos, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos, se houver, no saldo do imobilizado, do resultado do exercício e do patrimônio líquido das demonstrações financeiras da Companhia para 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações d. lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria em função da representatividade do valor envolvido; da complexidade no processamento e no registro das transações de reconhecimento da receita.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados aos cálculos da estimativa da receita variável; (ii) exame das planilhas de controle da receita; (iii) seleção estatística de itens de receita e confronto da amostra com a respectiva documentação suporte incluindo os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iv) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras que menciona que os contratos atuais de venda de energia serão encerrados em fevereiro de 2025, entretanto, em 21 de dezembro de 2021 a Companhia venceu o Leilão de Reserva de Capacidade (“Leilão”) no qual será comercializado 252,8 MW de energia elétrica como disponibilidade de potência para o período entre julho de 2026 e junho de 2041. A participação no Leilão se deu através de mandado de segurança impetrado pela Companhia e que foi deliberado a seu favor pelo Supremo Tribunal Federal e aguarda decisão sobre embargos de declaração e adjudicação do órgão regulador - Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise dessas demonstrações financeiras devem levar em consideração essas circunstâncias.

Outros assuntos

Informações Comparativas - Valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditadas anteriormente por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 2 de março de 2023, com uma opinião com ressalva relativa ao mesmo assunto mencionado no parágrafo “Base para opinião com ressalva” neste relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 1º de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.933	6.775	Fornecedores	12	12.539	6.624
Contas a receber	5	66.551	43.323	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	33.321	-
Impostos a recuperar		-	2	Obrigações sociais e trabalhistas		2.738	2.327
Estoques	6	44.477	62.819	Obrigações tributárias	14	3.054	2.128
Outras contas a receber	11	3.272	987	Imposto de renda e contribuição social a recolher		3.581	3.358
Total dos ativos circulantes		<u>121.233</u>	<u>113.906</u>	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	8 e 17	8.500	53.531
				Outras contas a pagar	15	3.250	595
NÃO CIRCULANTES				Total dos passivos circulantes		<u>66.983</u>	<u>68.563</u>
Impostos a recuperar		28	97				
Impostos diferidos	7	2.326	3.203	NÃO CIRCULANTES			
Depósitos judiciais		-	11	Provisão para riscos legais	16	103	309
Imobilizado	9	311.553	369.931	Outras contas a pagar	15	1.995	3.787
Intangível	10	176	318	Total dos passivos não circulantes		<u>2.098</u>	<u>4.096</u>
Outros ativos		230	460				
Total dos ativos não circulantes		<u>314.313</u>	<u>374.020</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social		135.771	135.771
				Reservas de lucros		230.694	279.496
				Total do patrimônio líquido	17	366.465	415.267
TOTAL DOS ATIVOS		<u>435.546</u>	<u>487.926</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>435.546</u>	<u>487.926</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	305.876	268.955
Custos de operação e manutenção	19	<u>(164.588)</u>	<u>(153.376)</u>
Lucro bruto		141.288	115.579
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(20.549)	(22.408)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	<u>88</u>	<u>161</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>120.827</u>	<u>93.332</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	1.172	858
Despesas financeiras	20	<u>(11.173)</u>	<u>(2.749)</u>
Total		(10.001)	(1.891)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>110.826</u>	<u>91.441</u>
Imposto de renda e contribuição social:			
Corrente	21	(34.427)	(12.137)
Diferido	21	(877)	(5.787)
Incentivo fiscal do imposto de renda	21	<u>19.927</u>	<u>8.831</u>
Total		(15.377)	(9.093)
Lucro líquido do exercício		<u>95.449</u>	<u>82.348</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		<u>1.856</u>	<u>1.601</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	95.449	82.348
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>95.449</u>	<u>82.348</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		135.771	26.823	136.318	144.524	-	443.436
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	82.348	82.348
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	17	-	331	-	-	(331)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	17	-	-	8.831	-	(8.831)	-
Dividendos adicionais de 2020 (R\$1,89 por lote de mil ações)	17	-	-	-	(53.720)	-	(53.720)
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$0,27 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	(18.297)	(18.297)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,75 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	(38.500)	(38.500)
Complemento de reserva de lucros retidos	17	-	-	-	16.389	(16.389)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		135.771	27.154	145.149	107.193	-	415.267
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	95.449	95.449
Destinação do lucro:							
Dividendos mínimos obrigatórios 2022	17	-	-	-	(16.389)	-	(16.389)
Dividendos intermediários 1 de março de 2023	17	-	-	-	(90.804)	-	(90.804)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	17	-	-	19.927	-	(19.927)	-
Dividendos intermediários 12 de julho de 2023	17	-	-	-	-	(37.058)	(37.058)
Complemento de reserva de lucros retidos	17	-	-	-	38.464	(38.464)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		135.771	27.154	165.076	38.464	-	366.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		95.449	82.348
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	19	58.803	59.135
Valor residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	9	5	8.810
Variação cambial líquida	20	3	137
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos do bônus de adimplência	13	9.696	1.661
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	13	886	165
Imposto de renda e contribuição social diferidos		877	5.787
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(23.228)	52.502
Adiantamentos a fornecedores		(2.138)	6.732
Estoques		18.342	(7.848)
Impostos a recuperar		71	(14.045)
Outras contas a receber		(147)	1.837
Depósitos judiciais		11	(9)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		5.912	(14.402)
Obrigações tributárias e imposto de renda e contribuição social a recolher		10.604	14.646
Obrigações sociais e trabalhistas		411	(95)
Provisão para riscos legais		(206)	309
Outras contas a pagar		863	(2.347)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>176.214</u>	<u>195.323</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		(10.514)	(3.474)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13	(9.417)	(2.021)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>156.283</u>	<u>189.828</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	9 e 10	(58)	(544)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(58)</u>	<u>(544)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	144.000	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(110.769)	(143.270)
Pagamento de custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(1.075)	-
Dividendos pagos	17	(188.223)	(80.999)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		-	(945)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(156.067)</u>	<u>(225.214)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>158</u>	<u>(35.930)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	6.775	42.705
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	6.933	6.775
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>158</u>	<u>(35.930)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Candeias (Companhia), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu relatório anual, com uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes, as correspondentes Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Companhia foi constituída em 10 de outubro de 2008, tendo por objeto social gerar e comercializar energia elétrica em todo o território nacional, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

Detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétricas (Aneel) para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia (PIE), implantar e explorar as Unidades Termelétricas Global I e Global II (UTES), cada uma com potência instalada de 148,8 MW, decorrente do quarto leilão de energia nova, realizado pela Aneel, para geração a partir de janeiro de 2010. As UTES, contratadas por disponibilidade, entraram em operação comercial em maio de 2010 e operam sob demanda do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Em 21 de dezembro de 2021, as UTES venceram o primeiro Leilão de Reserva de Capacidade, no qual comercializarão 252,8 MW como disponibilidade de potência para o período entre julho de 2026 e junho de 2041. Essa modalidade contratual, inédita no setor, garante o pagamento apenas da receita fixa pela disponibilidade de potência das usinas, enquanto a energia pode ser livremente negociada pelo agente, ou liquidada no Mercado de Curto Prazo (MCP), ao preço atualizado do CVU.

O referido Leilão ainda não foi adjudicado pela Aneel. Cabe registrar que a participação das UTES nesse Leilão se deu através de mandado de segurança impetrado contra o ministro das Minas e Energia, posteriormente denegado pelo STJ. Foi apresentado recurso ordinário junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu a favor da CEC. Há embargos de declaração pendentes de julgamento. Na opinião da assessoria jurídica da Companhia, esse processo tem probabilidade alta de êxito.

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

A Companhia é uma controlada da Global Participações em Energia S.A. (GPE). O Grupo Global possui estratégias para atuações socioambientais a fim de manter-se alinhado ao conceito ESG - *Environmental, Social and Governance*, estando em constante desenvolvimento na área de Governança, com uma gestão de caráter preventivo e inibidora de ocorrências indesejáveis no contexto organizacional.

Com o objetivo de divulgar as ações adotadas pelo Grupo que contribuem para a busca por harmonia entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos, foi desenvolvido o 1.º Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da GPE ao referente ano de 2023 e divulgado no site do Grupo.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em razão do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado ao crescimento da disponibilidade de geração eólica e solar na região Nordeste, as usinas de geração flexível foram despachadas apenas no último bimestre de 2023, de modo intermitente, para atender ao SIN em picos de demanda de caga motivados por ondas de calor, associados a períodos de baixa geração das fontes renováveis (solar e eólica).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, no entendimento da Administração, refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva os riscos e contingências associados ao negócio.

Considera-se que os indicadores econômico-financeiros se apresentaram adequados aos requisitos dos contratos de financiamento, possibilitando manutenção da adequada classificação dos saldos de financiamento no longo prazo (passivo não circulante).

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas.

Os resultados de 2023, comparativamente com as informações relativas ao exercício de 2022 (entre parênteses), são os seguintes:

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$306 milhões (R\$269 milhões, em 2022), apresentando crescimento de 13,7%. Variação influenciada por:

- volume de energia gerada (receita variável) no último bimestre de 2023 decorrente do alto consumo de energia devido à onda de calor que atingiu o país; e
- reajustamento de preço contratual ocorrido em 2023.

Custos e despesas operacionais, R\$185 milhões (R\$175,6 milhões, em 2022), apresentaram incremento 5,4%. Variação influenciada principalmente pelo consumo de combustível em decorrência da geração.

Lucro Operacional (Lucro Antes do Resultado Financeiro): R\$120,8 milhões (R\$93,3 milhões em 2022), com aumento 29,5%, refletindo o efeito favorável da ROL, em razão volume de geração de energia, ainda que reduzido, e do efeito favorável da desnecessidade de manutenções das instalações das UTEs.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): medição não contábil calculada pela Administração, para geração operacional de caixa, positiva de R\$179,6 milhões (R\$152,5 milhões em 2022), com evolução favorável de R\$27,2 milhões (17,8%), refletindo o aumento do lucro operacional.

Resultado financeiro: deficitário de R\$10,0 milhões (R\$1,9 milhões, em 2022), variação desfavorável de 428,9% (R\$8,1 milhões), explicado principalmente pelos juros incidentes sobre a 6.ª emissão de debêntures de R\$144,0 milhões.

Lucro Líquido: R\$95,4 milhões (R\$82,3 milhões, em 2022), correspondente a uma margem de lucratividade líquida de 31,2% (30,6%, em 2022). Variação favorável de 15,9%, explicada pelo aumento do lucro operacional.

Contas a Receber: R\$66,5 milhões (R\$43,3 milhões em 2022), apresentando uma variação positiva de 53,6%, em razão do saldo de faturamento a vencer no fim do último bimestre de 2023.

Capital de Giro: capital circulante líquido, positivo em R\$54,2 milhões (positivo em R\$45,3 milhões, em 2022), apresentou evolução favorável de R\$8,9 milhões, explicado principalmente pelo pagamento dos dividendos provisionados em 2022.

Endividamento: dívida financeira líquida (empréstimos e financiamentos) R\$33,3 milhões (em 2022 não existia dívida financeira), variação decorrente da 6.ª emissão de debêntures.

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): R\$6,9 milhões (R\$6,8 milhões em 2022).

Remuneração aos Acionistas (Dividendos Pagos): R\$188,2 milhões (R\$81,0 milhões, em 2022), incremento de 132,3%.

As projeções para o fluxo de caixa da Companhia, decorrentes de gestão austera, preservando a confiabilidade dos ativos, denotam uma real capacidade de absorção da totalidade dos investimentos realizados, bem como para cumprir os compromissos até então assumidos com bancos e fornecedores.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em 2023, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 85 mil. A contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Candeias, 01 de abril de 2024

Jones Aranha de Sá

Presidente do Conselho de Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Candeias (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela GPE, constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia detém autorização do Ministério das Minas e Energia, mediante as Portarias n.º 353, de 20 de dezembro de 2007, e n.º 342, de 6 de dezembro de 2007, para estabelecer-se pelo prazo de trinta e cinco anos, contados a partir da publicação destas Portarias, como PIE, implantar e explorar as UTEs em decorrência do quarto leilão de energia nova, realizado pela Aneel.

Para tanto, as UTEs firmaram um total de 37 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR com as Distribuidoras de Energia Elétrica, na modalidade de disponibilidade de energia elétrica, um total de 214 MW/médios, pelos quais:

- (i) As UTEs têm direito a uma receita fixa mensal para cobrir custos fixos, despesas administrativas e financiamentos.
- (ii) Uma receita variável para ressarcir custos com combustível, operação e manutenção, caso ocorra a efetiva geração de energia elétrica, com base no despacho das UTEs pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Ambas as receitas (fixa e variável) são faturadas em três parcelas: 1.ª parcela vincenda dia 20 do mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração, 2.ª parcela vincenda dia 30 do mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração e 3.ª parcela vincenda dia 10 do mês seguinte ao mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração. Toda a comercialização da energia elétrica firmada nos CCEARs é contabilizada e liquidada financeiramente no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Em virtude do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado à concentração de geração eólica e solar na região Nordeste, as usinas de geração flexível foram despachadas apenas no último bimestre de 2023. Com isto, a Companhia obteve no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, receita bruta de geração variável de R\$39.297 (R\$15.739, em 2022), além da receita bruta fixa pela disponibilidade da usina no valor de R\$301.114 (R\$283.583, em 2022).

1.1. Continuidade Operacional

As UTEs entraram em operação comercial em maio de 2010 e têm prazo de suprimento até 13 de fevereiro de 2025, quando se encerra o período de suprimento vinculado aos CCEARs.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração destas demonstrações financeiras, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a Companhia.

Em 21 de dezembro de 2021, a Companhia venceu o primeiro Leilão de Reserva de Capacidade, no qual comercializará 252,8 MW como disponibilidade de potência para o período entre julho de 2026 e junho de 2041. Cabe registrar que a participação das UTEs nesse Leilão se deu através de mandado de segurança impetrado pela Companhia e que foi deliberado a favor da Companhia pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”) e aguarda decisão sobre embargos de declaração. O referido Leilão ainda não foi adjudicado pela Aneel e, na opinião da assessoria jurídica da Companhia, esse processo tem probabilidade alta de êxito.

A Administração da Companhia e pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis entendem que, após recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o Leilão de Reserva de Capacidade (LRC), a expectativa é favorável à continuidade operacional de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Contas a Receber

Os montantes a receber de energia são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas, porque não há histórico de perda nem qualquer perda esperada.

Estoque

O estoque de combustível da Companhia deverá ser mantido em volume adequado até o fim dos CCEARs para atendimento às demandas do ONS. Após o término dos CCEARs, a Companhia procederá à devolução do combustível ao fornecedor ou alienação a proponentes compradores. Os demais itens do estoque serão alienados de forma planejada, buscando proponentes no mercado específico. A Administração vislumbra não haver perdas na realização do estoque, considerando, sobretudo, a majoração dos valores (preços) no mercado nacional e internacional.

Outras Contas a Receber e P&D a pagar

Refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento que serão amortizados com o Passivo de P&D.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Fornecedores

Os maiores contratos para a operação da Companhia estão datados até 13 de fevereiro de 2025, sem qualquer perspectiva de multas e/ou penalidades previstas. Eventuais saldos remanescentes serão irrelevantes.

Baseada em sua análise, a Administração está convencida de que poderá cumprir todas as obrigações assumidas junto aos bancos, fornecedores e demais credores, da unidade geradora de caixa que poderá ser descontinuada, conforme as projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da Companhia e em seu plano plurianual de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da Aneel, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 01 de abril de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações.

Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

- NE n.º 1 - Contexto Operacional - Continuidade Operacional.
- NE n.º 7 - Tributos diferidos - Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos.
- NE n.º 9 - Imobilizado - Perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*").

3. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e/ou períodos apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia manteve os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação com a responsabilidade de revisar, por meio de seus modelos, todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A experiência da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs* observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá por meio da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada com base nas seguintes taxas:

	<u>Taxas</u>
Edificações obras civis e benfeitorias	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Montagens e instalações	5%

Redução ao valor recuperável (impairment)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1.º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC com base na Lei de Incentivo Fiscal n.º 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; realiza, também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de

apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto n.º 6.180/07, artigo 1.º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

São reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- (a) Tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.
- (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.
- (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na CCEE, agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informada pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- Receita com venda de energia contratada por disponibilidade (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.
- Receita com venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	As alterações modificam as exigências contidas no CPC 26 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo ‘principais políticas contábeis’ por ‘informações materiais da política contábil’. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 32 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros – Definição de Estimativas Contábeis	As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2023. A sua adoção não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da Alteração
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações ao CPC 40	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações ao CPC 2	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”
Alterações à CPC 09	Demonstração do valor adicionado

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas acima listadas, já emitidas e ainda não aplicáveis. Administração não espera que a adoção dessas normas listadas acima tenham impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	1	-
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>6.932</u>	<u>6.775</u>
Total	<u><u>6.933</u></u>	<u><u>6.775</u></u>

As aplicações financeiras em compromissadas correspondem a operações de liquidez imediata realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 70% a 110% (70% a 110% em 2022) da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores a vencer	12.752	11.147
Valores a faturar	<u>53.799</u>	<u>32.176</u>
Total	<u><u>66.551</u></u>	<u><u>43.323</u></u>

Valores a receber correspondentes à disponibilidade e ao fornecimento de energia elétrica, conforme CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no MCP. Os valores a faturar correspondem às medições reconhecidas por competência.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Combustível	15.866	34.111
Almoxarifado de peças para manutenção	26.429	27.072
Outros estoques	2.182	1.636
Total	<u>44.477</u>	<u>62.819</u>

A Companhia realiza inventário e inspeções regularmente e não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízos fiscais e base negativa	-	1.024
Participação nos lucros e resultado	519	455
Pesquisa e desenvolvimento	1.601	1.348
Outras diferenças temporárias	206	376
Total diferidos ativos	<u>2.326</u>	<u>3.203</u>

Os impostos diferidos provenientes do prejuízo fiscal e base negativa foram realizados no transcorrer do exercício de 2023 e os impostos diferidos referentes a diferenças temporárias serão realizadas no transcorrer dos exercícios de 2024 e 2025.

8. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Fornecedor (a)</u>		
Global Engenharia Ltda.	2.943	2.229
Total fornecedores	<u>2.943</u>	<u>2.229</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Fornecedor (a)</u>		
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (b)</u>		
Global Participações em Energia S.A.	7.565	47.642
Fernando W. Magalhaes Filho	850	5.354
Maria das Graças B. N. Fernandes	85	535
Total dividendos a pagar	<u>8.500</u>	<u>53.531</u>

b) Transações

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Custos com manutenção e operação (a)</u>		
Global Engenharia Ltda.	<u>(27.094)</u>	<u>(26.892)</u>
Total	<u>(27.094)</u>	<u>(26.892)</u>

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora é a GPE.

(a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina, conforme nota 12.

(b) Dividendos a pagar aos acionistas.

A Companhia recebeu da São Francisco Energia S.A. determinados estoques em comodato para devolução até 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 26.652. A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram pagos R\$4.269, sendo R\$3.093 de remuneração fixa e R\$1.176 de remuneração variável (R\$4.409 em 2022, sendo R\$3.035 de remuneração fixa e R\$1.374 de remuneração variável) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

9. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edificações obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Almoxarifado	Imobilizado em custo	Veículos	Montagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual		4% (b)	10% (b)	10% (b)	20% (b)	(a)	-	20% (b)	5% (b)	
Custo de aquisição										
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.098	213.912	1.237	500.761	1.126	18.639	112	92	1.888	741.865
Adições	-	-	29	63	-	-	401	-	28	521
Baixa	-	-	-	-	(4)	(8.764)	(42)	-	-	(8.810)
Transferências	-	3.025	143	(1.391)	202	(1.843)	(263)	(14)	141	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.098	216.937	1.409	499.433	1.324	8.032	208	78	2.057	733.576
Adições	-	-	-	3	-	-	32	-	-	35
Baixa	-	-	-	-	(4)	-	(3)	-	-	(7)
Reclassificação	-	-	6	8	11	-	(25)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.098	216.937	1.415	499.444	1.331	8.032	212	78	2.057	733.604
Depreciação acumulada										
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(56.567)	(905)	(245.927)	(802)	-	-	(60)	(734)	(304.995)
Adições	-	(8.678)	(108)	(49.481)	(178)	-	-	(12)	(193)	(58.650)
Reclassificação	-	1.783	(12)	(3.543)	(17)	1.843	-	13	(67)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(63.462)	(1.025)	(298.951)	(997)	1.843	-	(59)	(994)	(363.645)
Adições	-	(8.677)	(106)	(49.277)	(132)	-	-	(12)	(204)	(58.408)
Baixa	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(72.139)	(1.131)	(348.228)	(1.127)	1.843	-	(71)	(1.198)	(422.051)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2023	4.098	144.798	284	151.216	204	9.875	212	7	859	311.553
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2022	4.098	153.475	384	200.482	327	9.875	208	19	1.063	369.931

(a) Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 - Imobilizado, item 8.

(b) Taxa de depreciação fiscal.

Perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. A Companhia não identificou indícios de *Impairment* para 31 de dezembro de 2023.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais	31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de software	20%	2.236	(2.183)	53	68
Direito de passagem - servidões	4,8%	<u>1.771</u>	<u>(1.648)</u>	<u>123</u>	<u>250</u>
Total		<u>4.007</u>	<u>(3.831)</u>	<u>176</u>	<u>318</u>

Segue abaixo movimentação do intangível:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	550
Adições	23
Amortização	<u>(255)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	318
Adições	23
Amortização	<u>(165)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>176</u>

Os ativos intangíveis da Companhia têm vidas úteis finitas e foram mensuradas pelo custo e deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizado à taxa de 4,8% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 2025.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamento a funcionários	5	37
Adiantamento a fornecedores	2.391	253
Despesas antecipadas	876	688
Outras contas a receber	-	9
Total	<u>3.272</u>	<u>987</u>

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Amazonia Transportes	-	249
Wiechetek Engenharia Elétrica (a)	3.465	-
Global Engenharia Ltda. (b)	2.943	2.229
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	2.039	1.977
Simple Energy Comercializadora S.A.	1.770	1.322
Outros fornecedores	2.322	847
Total	<u>12.539</u>	<u>6.624</u>

(a) Serviço de recuperação de torre da linha de transmissão (LT 230 kV).

(b) Refere-se a contrato de O&M da usina, conforme nota 8.

Os maiores contratos para a operação da Companhia estão datados até fevereiro de 2025 e não há perspectiva multas e/ou penalidades previstas.

Diante do exposto, a administração acredita que o cumprimento de suas obrigações ocorrerá conforme planejado e que os fluxos de caixa a serem gerados pela Companhia com base nas projeções financeiras e demais ações previstas no seu plano de negócios, serão suficientes para honrar com todos os compromissos assumidos com bancos, fornecedores e demais credores.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (a)	33.510	-
(-) Custos de Transação	(189)	-
Subtotal	<u>33.321</u>	-
Total	<u>33.321</u>	-

(a) Em 13 de fevereiro de 2023, foi assinado o contrato de emissão referente a 144.000 debêntures, na 6.^a emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A no valor de R\$1.000,00 cada, totalizando R\$144.000 com vencimento em 5 de março de 2024, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,20% ao ano, o qual será totalmente quitado até março de 2024.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	143.465
Juros e variações monetárias provisionadas	1.661
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(2.021)
Amortização dos custos de captação	165
Pagamentos de principal	<u>(143.270)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-
Captação de empréstimos	144.000
Juros e variações monetárias provisionadas	9.696
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(9.417)
Pagamento dos custos de captação	(1.075)
Amortização dos custos de captação	886
Pagamentos de principal	<u>(110.769)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>33.321</u></u>

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
INSS serviços de terceiros	269	106
PIS (a)	460	345
COFINS (a)	2.121	1.587
Outros tributos a recolher	<u>204</u>	<u>90</u>
Total	<u><u>3.054</u></u>	<u><u>2.128</u></u>

(a) No último bimestre de 2023, com a onda de calor que atingiu o país, houve aumento do consumo de energia. Para atender essa demanda, as usinas de geração flexível foram despachadas, gerando o aumento da receita e conseqüentemente os valores a recolher de PIS e COFINS em relação a 2022.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outras contas a pagar	<u>5.246</u>	<u>4.382</u>
Circulante	3.250	595
Não circulante	1.995	3.787

16. PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é avaliado como provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nestas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

Os processos avaliados pelos assessores jurídicos como perda possível e que não requer a provisão são processos de natureza trabalhista no montante de R\$1.429 (R\$ 1.262, em 2022).

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, os processos avaliados como perdas prováveis, requerendo o provisionamento foram processos de natureza trabalhista no montante de R\$103 (R\$309, em 2022).

Movimentação das contingências perdas prováveis:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Adições	309
Saldo em 31 de dezembro de 2022	309
Reversões e pagamentos	(206)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	103

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$135.771 (R\$135.771, em 2022) e estava representado por 51.426.993 ações ordinárias (Em 2022, 51.426.993 ações ordinárias) e distribuído da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	45.770.024	89%
Fernando Wilson Magalhaes Filho	5.142.699	10%
Maria das Graças B. N. Fernandes	514.270	1%
Total	51.426.993	100%

Capital social

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 2023 não foi constituída, pois, o limite de 20% sobre o Capital Social já foi atingido; em 2022 havia sido constituída uma reserva legal de R\$331. Dessa forma, o saldo da reserva legal em 2023 permanece o mesmo de 2022, que é de R\$27.154.

Reserva de incentivo fiscal

A Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía reserva de incentivo fiscal do imposto de renda registrada no montante de R\$165.076 (R\$145.149 em 2022) e o reconhecimento do incentivo fiscal constituindo no ano no montante de R\$19.927 (R\$8.831 em 2022).

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme determina a Lei das S.As. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2023, já abatendo o saldo de reserva legal e reserva de incentivos fiscais, exceções do disposto no Art. 199 da nº 6.404/76 (Lei das S.A.s), a Companhia possuía o saldo de R\$38.464 na reserva de lucros.

Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderadas de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	95.449	82.348
Média ponderada de ação por lote de mil	<u>51.427</u>	<u>51.427</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>1.856</u>	<u>1.601</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	95.449	82.348
Reserva legal	-	(331)
Reserva de Incentivos Fiscais	<u>(19.927)</u>	<u>(8.831)</u>
Base para dividendos	75.522	73.186
Dividendos mínimo obrigatórios (25%)	(18.881)	(18.287)

Os dividendos intermediários de 2023 foram superiores ao dividendos mínimos obrigatórios.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2022 e 2023 está apresentado a seguir:

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valores deliberado</u>	<u>Valor por ação</u>
<u>2023</u>			
AGOE de 06 de março de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	18.297	0,356
RCA de 01 de março de 2023	Dividendos intermediários	90.804	1,766
AGOE de 06 de março de 2023	Dividendos adicionais 2022	16.389	0,319
RCA de 30 de março de 2023	JSCP 1º trim./2023	7.058	0,137
RCA de 12 de julho de 2023	Dividendos intermediários 1º sem./2023	<u>30.000</u>	0,583
Total constituído em 2023		144.251	
<u>2022</u>			
AGOE de 19 de abril de 2022	JSCP 1º, 2º e 3º trim./2022	21.000	0,408
AGOE de 27 de dezembro de 2022	JSCP 2022 e 2021	17.500	0,340

Saldo dividendos a pagar 2021	29.788
Dividendos propostos referente a 2021	53.720
Juros sobre capital próprio de 2022	38.500
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(5.775)
Dividendos mínimo obrigatórios de 2022	18.297
Dividendos pagos	<u>(80.999)</u>
Saldo dividendos a pagar 2022	53.531
Dividendos intermediários e JSCP 2023	144.251
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.059)
Dividendos pagos	<u>(188.223)</u>
Saldo dividendos a pagar 2023	<u>8.500</u>

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de venda de energia (a)	39.297	15.739
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	301.113	283.583
Deduções de venda		
PIS	(5.617)	(4.939)
COFINS	(25.871)	(22.749)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	<u>(3.046)</u>	<u>(2.679)</u>
Total	<u>305.876</u>	<u>268.955</u>

(a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável: Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

(b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(12.382)	(10.620)
Depreciação e amortização	(58.803)	(59.135)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(23.913)	(22.286)
Custos com manutenção e operação (a)	(79.761)	(69.854)
Custos e despesas com seguros	(2.197)	(1.884)
Despesas com viagens e comunicações	(217)	(194)
Serviços de terceiros	(1.879)	(4.407)
Assessoria e consultoria	(3.449)	(4.090)
Tributos	(1.488)	(1.456)
Outras despesas (receitas)	(960)	(1.697)
Total	<u>(185.049)</u>	<u>(175.623)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(164.588)	(153.376)
Despesas gerais e administrativas	(20.549)	(22.408)
Outras receitas operacionais, líquidas	88	161
Total	<u>(185.049)</u>	<u>(175.623)</u>

(a) O aumento no custo ocorreu em virtude do consumo de combustível decorrente da geração do último bimestre do ano.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	1.102	366
Atualização Saldo Crédito Habilitado PIS/COFINS	14	-
Variações cambiais positivas	-	166
Outras receitas financeiras, líquidas	56	326
Subtotal	<u>1.172</u>	<u>858</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos (a)	(9.697)	(1.661)
Amortização de custo de captação	(886)	(165)
Variações cambiais negativas	(3)	(303)
Outras despesas financeiras, líquidas	(587)	(620)
Subtotal	<u>(11.173)</u>	<u>(2.749)</u>
Total	<u>(10.001)</u>	<u>(1.891)</u>

(a) Refere-se à 6.ª emissão de debêntures. Vide nota 13.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	110.826	91.441
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(37.681)	(31.090)
Diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	2.400	13.090
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	19.927	8.831
Demais adições e exclusões	(23)	76
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(15.377)</u>	<u>(9.093)</u>
Taxa Efetiva	13,87%	9,94%

(*) A Companhia possui projeto aprovado pela SUDENE, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Todos os instrumentos financeiros possuem seus valores próximos aos valores justos, sendo que a hierarquia do valor justo nível III. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>
	<u>CA</u>	<u>VJR</u>	<u>CA</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	6.933	-	6.775
Contas a receber	66.551	-	43.323
Outras contas a receber	881	-	734
Total	<u>74.365</u>	<u>-</u>	<u>50.832</u>
<u>Passivos financeiros</u>			
Fornecedores	12.539	-	6.624
Empréstimo e financiamentos	33.321	-	-
Dividendos a Pagar	8.500	-	52.584
Outas Contas a Pagar	31.897	-	4.382
Total	<u>52.936</u>	<u>-</u>	<u>63.590</u>

CA - Custo amortizado

VJR - Valor justo por meio do resultado

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a conformidade com os limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não são afetadas por eles:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que os riscos de inadimplência por parte destes clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais com as distribuidoras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia não possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas eram monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivos financeiros	2024	2025
Fornecedores	13.218	-
Empréstimos e financiamentos	37.753	-
Dividendos a pagar	8.691	-
Outras contas a pagar	33.909	2.262
Total	<u>93.571</u>	<u>2.262</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - afetem os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2023 a Companhia obteve variação cambial líquida negativa de R\$3 (Em 2022, variação cambial líquida negativa de R\$137).

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas à empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizar seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanhem a variação próxima do CDI em Certificado de Depósito Bancário - CDB e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2023 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte e que obteve um rendimento esperado conforme as taxas de rendimento apresentadas em 31 de dezembro de 2023. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação na taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do CDI.

Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio quando as taxas de juros reduzem em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes. Para um aumento da taxa de juros no mesmo percentual, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio líquido.

	Saldo de aplicação financeira	CDI em 31/12/23	Varição de 10% do CDI	Efeito no resultado e no patrimônio líquido
Aplicação financeira	6.932	9,00%	8,10%	(62)
Debêntures	33.321	9,00%	8,10%	300
Efeito líquido				<u>238</u>

A CDI em 31 de dezembro de 2023 é representado pela expectativa da Selic ao final do exercício de 2024, considerando as projeções elaboradas pelo Banco Central do Brasil Através do relatório Focus.

Gestão do capital

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de índice de alavancagem, que é representado pela dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos sujeitos a juros, fornecedores, menos caixa e equivalentes de caixa.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Empréstimos, financiamento e debêntures sujeitos a juros (Nota 13)	33.321	-
Fornecedores (Nota 12)	12.539	6.624
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(6.933)	(6.775)
Dívida líquida	38.927	(151)
Patrimônio líquido	366.465	415.267
Índice de alavancagem	11%	0%

Quanto à escassez de combustível

- A Companhia possui contrato de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo combustível (OCB1) firmado com a Vibra (ex-Petrobras Distribuidora S.A.), em caráter de exclusividade. Conforme estabelecido em contrato, a Vibra Energia S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se à penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos. Dessa forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2023

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$9.268.

Exercício de 2022

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$14.129.
- Transferência de ativo imobilizado para estoque no montante de R\$8.764.
- Provisão para dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$17.350.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 5 de março de 2024 a totalidade das debêntures foi quitada.